

ATA NÚMERO 257/XII/3.^a SL

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 252, 253, 254 e 255, referentes às reuniões de 12, 14 e 19 (manhã e tarde) de fevereiro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 508/XII/3.^a (PCP) - Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
Autor do Parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 513/XII/3.^a (BE) - Determina a inventariação e classificação do espólio de bens culturais da Parvalorem, da Parups e outros ativos incluídos no perímetro da nacionalização do BPN.
Autora do Parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
4. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro - Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
5. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro – Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.
6. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.
7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 339/XII/3.^a – Contra o encerramento de serviços públicos no Concelho de Sátão.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Apreciação do relatório da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais.
9. Distribuição de iniciativas europeias.
10. Informação sobre a participação nos “Dias Parlamentares da OCDE”.
11. Outros assuntos.

-
- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 252, 253, 254 e 255, referentes às reuniões de 12, 14 e 19 (manhã e tarde) de fevereiro, respetivamente.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

- 2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 508/XII/3.^a (PCP) - Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
Autor do Parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 508/XII/3.^a \(PCP\)](#), dando conta do objeto e fundamento da iniciativa e recordando o [Grupo de Trabalho](#) de Avaliação dos Impactos decorrentes da aplicação da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, criado pelo Governo sobre esta matéria. De seguida, sobre a Nota Técnica referente ao Projeto de Lei, considerou que era de grande qualidade, pela profundidade de análise, direito comparado e historial apresentado.

O Senhor Presidente da Comissão saudou o autor do parecer e associou-se à referência à Nota Técnica elaborada pelos serviços.

Interveio, posteriormente, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que recordou a fundamentação do projeto de lei e o subfinanciamento crónico dos serviços públicos, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) anuído a colocar um inciso, citando a exposição de motivos da iniciativa, sobre esta matéria.

Não se registando intervenções adicionais, foi o parecer – com a alteração suprarreferida – votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 513/XII/3.^a (BE) - Determina a inventariação e classificação do espólio de bens culturais da Parvalorem, da Parups e outros ativos incluídos no perímetro da nacionalização do BPN.

Autora do Parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 513/XII/3.^a \(BE\)](#), elaborado na sequência do pedido da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, referindo as informações prestadas quer pelo Governo no âmbito da [Petição 319/XII/3.^a](#), conexas com a iniciativa, quer pelo Conselho de Administração da PARVALOREM, em [audição](#) ocorrida na reunião de 19 de fevereiro.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou a autora do parecer e efetuou uma proposta de redação, aceite pela Senhora Deputada, após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

4. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro - Proceda à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

A Comissão acolheu consensualmente a proposta de solicitar a retificação da [Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro](#), quanto à redação no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.

5. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro - Proceda à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

A Comissão acolheu consensualmente a proposta de solicitar a retificação da [Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro](#), quanto à redação dos artigos 14.º, 18.º, 20.º, 29.º, 31.º-B, 46.º, 48.º, 55.º, 67.º, 69.º, 71.º, 72.º, 86.º-A, 87.º e 91.º-A do Código do IRC (alterado pela Lei em apreço), bem como do artigo 9.º da supracitada Lei.

6. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para uma reunião posterior da Comissão, dado não terem sido, ainda, apresentadas todas as propostas de auditorias.

7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 339/XII/3.ª – Contra o encerramento de serviços públicos no Concelho de Sátão.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 339/XII/3.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado o Senhor Deputado José de Matos Rosa (PSD) como relator da referida Petição.

8. Apreciação do relatório da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo, deu conta da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais, onde foram apresentados os casos de funcionários públicos – trabalhadores das Assembleias Distritais de Lisboa e Vila Real – que se encontram sem receber o seu ordenado, e sublinhou que se trata de uma matéria que tem vindo a ser acompanhada, nomeadamente com iniciativas legislativas, na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

9. Distribuição de iniciativas europeias.

A Comissão distribuiu, para elaboração de relatório, diversas iniciativas europeias: a [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS ficado de indicar relator; a [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de resistência das instituições de crédito da UE](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD); a [Proposta de Decisão de Execução do Conselho que](#)

[aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD); e, por fim, a [Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado João Galamba (PS).

Os Senhores Deputados tomaram, ainda, conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias.

10. Informação sobre a participação nos “Dias Parlamentares da OCDE”.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo, deu conta da participação na II Edição dos Dias Parlamentares da OCDE, tendo sublinhado a criação de um Grupo de Trabalho específico para as questões fiscais.

11. Outros assuntos.

A Comissão definiu, por consenso, as grelhas de tempos a utilizar na audição do dia seguinte com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento: para cada um dos temas abordados, possibilidade de uma intervenção inicial do membro do Governo e intervenções de 5 minutos por Grupo Parlamentar, com resposta individualizada (e segunda ronda a título excecional).

Foi analisada a questão suscitada pela MASTERCARD, tendo a Comissão consensualmente reiterado que a língua de trabalho utilizada deve ser a língua portuguesa, e que as entidades que solicitam audiências à COFAP deverão exprimir-se nessa língua (fazendo-se munir de intérprete quando se exprimam em língua estrangeira).

Sobre o debate ocorrido, em reunião anterior da COFAP, relativamente à possibilidade de ocorrerem votações na especialidade (no Grupo de Trabalho constituído para o efeito) no dia 21 de fevereiro, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) usou da palavra para frisar que a não oposição do Grupo Parlamentar do PCP se reportava ao debate havido e não a uma deliberação da Comissão, termos em que o Senhor Presidente recordou a discussão havida e a prática registada nesta matéria.

Não foram suscitados outros assuntos.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada às 15:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Silva Pereira
Sandra Cardoso
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos